

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ

CAPÍTULO I DA CONSTITUIÇÃO E OBJETIVOS

ART. 1º - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Itajaí, instituído pelo Decreto nº 69/2005 de 1º de dezembro de 2005, reger-se-à pelo disposto neste regimento.

ART. 2º - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural tem como objetivos:

- a) Aprovar, acompanhar e avaliar a execução do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural;
- b) Congregar esforços no sentido de acelerar o desenvolvimento sócio-econômico do município;
- c) Elaborar o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural;
- d) Avaliar o desempenho do pessoal engajado na execução do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural através de critérios específicos para tal;
- e) Deliberar sobre ações a serem executadas pelo Poder Executivo no que se refere aos Projetos que visem o desenvolvimento do meio rural;
- f) Enviar ao Prefeito e Câmara de Vereadores as decisões do Conselho, afim de servir de subsídio para a elaboração do orçamento e programa de aplicação de fundos existentes;
- g) Apontar os pontos negativos que eventualmente ocorram na execução e desenvolvimento do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural sugerindo soluções.

CAPÍTULO II DAS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO

ART. 3º - As Assembléias Gerais serão convocadas pela Coordenação do Conselho, salvo nos casos previstos neste Regimento Interno, as suas resoluções soberanas, respeitando o presente Regimento.

ART. 4º - Havendo recusa da Coordenação do Conselho para convocação das Assembléias Gerais, elas poderão ser convocadas com abaixo assinado de no mínimo vinte por cento de seus membros.

ART. 5º - Quando a Assembléia não tiver sido convocada pelo Presidente do Conselho, a mesa será constituída por dois membros, escolhidos na ocasião.

ART. 6º - A convocação as Assembléia Geral será feita com antecedência mínima de 2 (dois) dias, através de correspondência nominal a cada membro do Conselho.

ART. 7º - As deliberações das Assembléias serão tomadas em primeira convocação, com a presença mínima de 2/3 (dois terço) do número total dos membros e em segunda e última convocação, após trinta minutos com a presença mínima de vinte por cento dos seus membros.

ART. 8º - O que ocorrer nas Assembléias deverá constar em ata, aprovada e assinada pelos membros do Conselho.

CAPÍTULO III

DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL

ART. 9º - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural é uma organização sem fins lucrativos, o qual terá caráter deliberativo e será constituído de no mínimo:

PARÁGRAFO 1º - Seis (06) membros titulares e Seis (06) suplentes, sendo os não governamentais representantes das associações agrícolas das diversas comunidades do município, entendendo-se como agricultor aquele que tem pelo menos 70% da sua renda oriunda da exploração agropecuária. Os representantes governamentais são seis (06) titulares e seis (06) suplentes: sendo estes representantes distribuídos entre as secretarias da Agricultura, Obras, Saúde e FAMAI, e entidades que prestam serviços aos agricultores como EPAGRI e CIDASC. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural será então composto por doze (12) membros titulares e doze (12) membros suplentes.

PARAGRAFO 2º - A representação dos agricultores, juntamente com os representantes da entidades de produtores e trabalhadores rurais, não deverá ser inferior a 50% do total de membros que compõe o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

ART. 10º - Os representantes das organizações de Agricultores (associações e cooperativas) deverão ser escolhidas com a participação dos membros das organizações após ter sido informado a todos qual é a função e responsabilidade que caberá a tal representante, sendo o mesmo deverá ter o apoio da organização que o indicou.

ART. 11º - Em caso de renúncia de algum membro seja de representantes governamentais ou não governamentais, a diretoria do Conselho deverá enviar um ofício para que a organização indique outro representante, observando o disposto no artigo 10º.

ART. 12º - As escolhas dos representantes não-governamentais, bem como as indicações dos representantes governamentais ocorrerão a cada dois anos e serão realizadas até a primeira quinzena de agosto, sendo que a posse ocorrerá na primeira quinzena de setembro.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os membros que compõem o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (conforme Decreto Municipal 10.051 de 17 de Julho de 2013) terão seus mandatos findos em 17 de julho de 2015. A partir do dia 18 de julho de 2013, o mandato terá duração de dois (02) anos, podendo ser reeleitos por mais dois (02) anos.

CAPÍTULO IV

DOS DIREITOS E DEVERES

ART. 13º - Todos os membros titulares têm direito de votar e ser votado;

Parágrafo Único – Os Membros Suplentes terão direito a voz, sendo que poderão votar apenas no momento de falta do Titular.

ART. 14º - São deveres dos membros do Conselho:

- a) Representar a comunidade e defender seus interesses;
- b) Participar das reuniões, assembléias e outras atividades convocadas pelo Conselho;
- c) Participar da mobilização da comunidade para a realização de reuniões e outras atividades encaminhadas através do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

CAPÍTULO V

DA DIRETORIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

ART. 15º - o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural deverá ter uma Diretoria responsável pela organização e orientação das ações do Conselho. A Diretoria será formada por no mínimo um(a) Presidente e Vice-Presidente, Um(a) Secretário(a) e Segundo Secretário(a).

ART. 16º - O período do mandato da diretoria será de um (01) ano, com possibilidade de reeleição por mais um (01) ano.

ART. 17º - A escolha dos componentes da Diretoria deverá acontecer no momento da posse do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, devendo a escolha ser feita pelos Membros Titulares através de votação secreta ou não.

ART. 18º - Em caso da renúncia de toda a Diretoria, será feito um novo processo eleitoral através de uma Assembléia para tal fim, na qual se formará uma comissão eleitoral composta por dois (02) representantes presentes na Assembléia.

CAPÍTULO VI

DAS ATRIBUIÇÕES DA DIRETORIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

ART. 19º - Compete ao Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural:

- a) Convidar juntamente com o Secretário os membros do Conselho para as Reuniões;
- b) Convocar juntamente com o Secretário os membros do Conselho para as Assembléias através do lançamento do Edital de Convocação;
- c) Coordenar as Assembléias e Reuniões do Conselho;
- d) Zelar pelo cumprimento do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural;
- e) Representar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural em solenidades oficiais e/ou nomear alguém para o representa-lo;
- f) Zelar pelo cumprimento dos convênios celebrados em nome do setor da agricultura do município.

ART. 20º - Compete ao Vice-Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural representar o Presidente em falta deste e assumir as atribuições que lhe são conferidas.

ART. 21º - Compete ao Secretário do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural:

- a) Convidar os membros do Conselho para Assembléias e Reuniões do Conselho;
- b) Manter atualizados o livro de presença e o livro de atas;
- c) Manter os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural sobre a situação dos convênios e sobre correspondências recebidas ou emitidas.

ART. 22º - Compete ao Segundo Secretário – contribuir com o Secretário nas atribuições que lhe são conferidas e assumir tais atribuições no momento em que o Secretário não estiver presente.

ART. 23º - Na ausência ou impedimento de algum dos membros eleitos, será escolhido outro que assumirá automaticamente a sua função.

ART. 24º - É vedada a remuneração dos cargos de Direção, sob nenhuma forma de protesto.

ART. 25º - O representante que faltar a três (03) reuniões consecutivas ou cinco (05) intercaladas sem justificativa perderá seu mandato.

ART. 26º - O presente regimento poderá ser alterado no todo ou em parte em Assembléia convocada par tal fim, observando o disposto no ART. 7º deste Regimento.

ART. 27º - O presente Regimento Interno foi aprovado em reunião do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural no dia 03 de setembro de 2013.

ART. 28º - Os casos omissos serão resolvidos em Assembléia Geral, ouvidas as entidades e ou órgãos envolvidos.

Itajaí, 03 de setembro de 2013.